

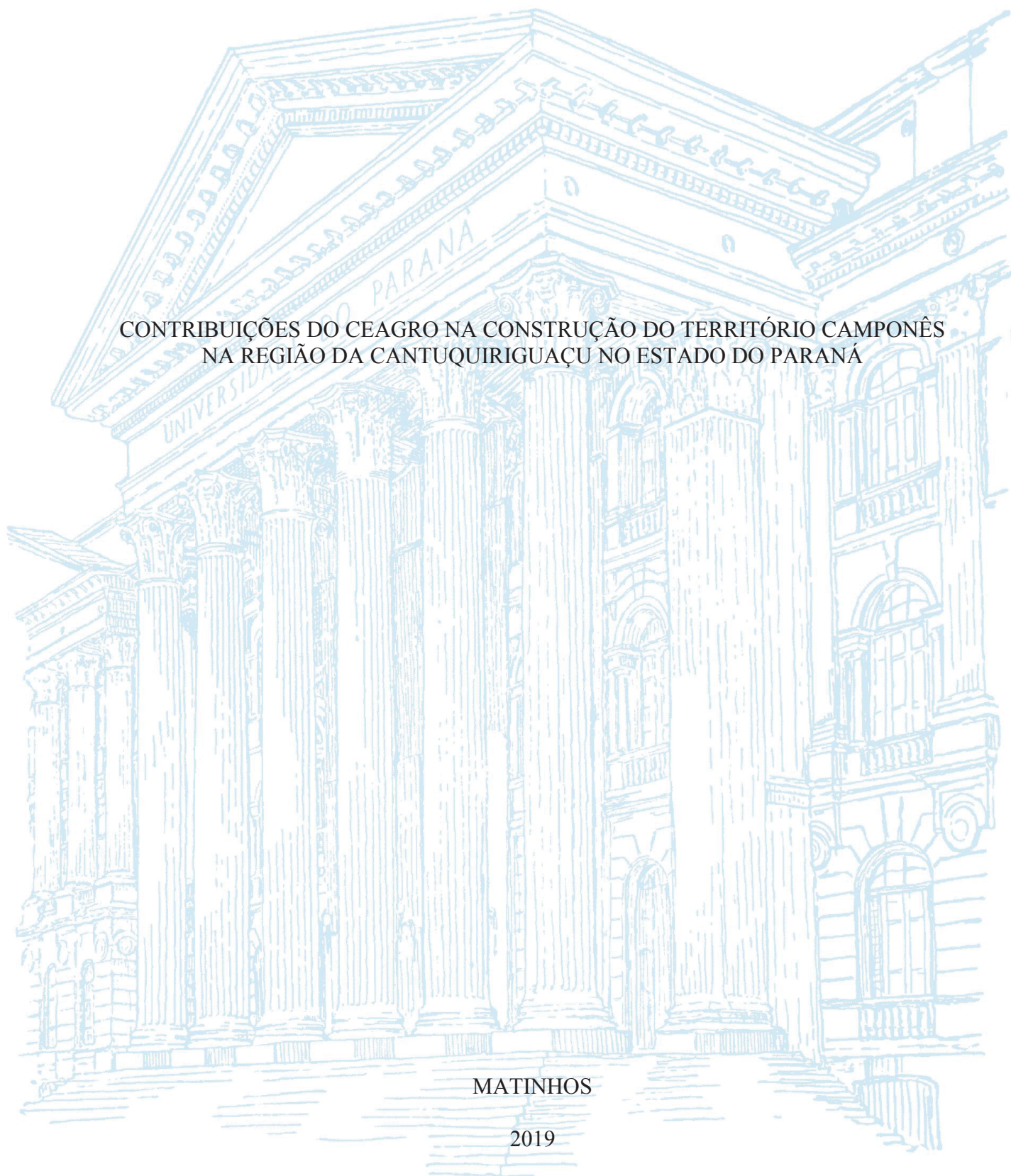
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSE RIEPE DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES DO CEAGRO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS
NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ

MATINHOS

2019



ROSE RIEPE DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES DO CEAGRO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS
NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ

Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira através de seus pensadores, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Maria Isabel Farias

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **ROSE RIEPE DE SOUZA** intitulada: **Contribuições do CEAGRO na construção do território camponês na Região da Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

Maria Isabel Farias

MARIA ISABEL FARIAS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Luís Carlos Costa

LUIS CARLOS COSTA

Avaliador Interno

Marcelo Cunha Varella

MARCELO CUNHA VARELLA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

CONTRIBUIÇÕES DO CEAGRO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NA REGIÃO DA CANTUQUIRIGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ

Rose Riepe de Souza

RESUMO

A pesquisa sobre a atuação do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o processo de construção do território camponês na Cantuquiriguaçu no estado do Paraná. Tem por objetivo geral compreender o movimento de luta pela terra e a construção do território camponês, a partir da atuação do CEAGRO junto aos acampamentos e assentamentos na região da Cantuquiriguaçu. Como objetivos específicos propõe: a) caracterizar a microrregião Cantuquiriguaçu nos aspectos territoriais, sócio-políticos e econômicos; b) historicizar o CEAGRO no contexto da luta pela terra do MST; c) identificar as contribuições do CEAGRO na Cantuquiriguaçu na construção do território camponês. Para tanto, realizaremos uma pesquisa qualitativa do tipo participante, utilizando-se de instrumentos o questionário, observações e diário de campo. Considera que o CEAGRO tem importante participação na consolidação da luta pela terra na região e construção deste território de luta e enfrentamento ao capital. Em consonância com a luta do MST, promove a agroecologia, com respeito a vida e com foco na transformação social. Os resultados apontam que o processo de construção do território camponês foi assumido pelo MST para as áreas de assentamentos e acampamentos. No entanto, ainda que seja de extrema importância a questão política do MST para esse processo de transformação nas áreas de Reforma Agrária, é imprescindível que possuam instituições para a orientação e promoção dessas práticas diretamente com os trabalhadores(as). Evidencia que os processos desencadeados a partir do trabalho realizado na Cantuquiriguaçu contribuem para a consolidação do território camponês, um território não estático, mas como espaço de relações mais solidárias e humanas, com trabalho cooperado, valorização das mulheres e da juventude no campo, estes assumindo um lugar político e estratégico nas comunidades e nas famílias, contribuindo com os processos de transformação social.

Palavras-chave: MST; CEAGRO; território camponês.

RESUMEN

La investigación sobre la actuación del Centro de Desarrollo Sostenible y Capacitación em Agroecologia. (CEAGRO). En el contexto del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el proceso de construcción del territorio campesino en Cantuquiriguaçu en el estado de Paraná. Tenemos como objetivo general entender el movimiento de la lucha por la tierra y la construcción del territorio; empezando con la actuación del CEAGRO, conjuntamente con los campesinos de la región de Cantuquiriguaçu. Como objetivos específicos propone: a) caracterizar la microrregión Cantuquiriguaçu en los aspectos territoriales, sociales, políticos y económicos; b) Historiales del contexto de la lucha por la tierra del MST; c) identificar las contribuciones del CEAGRO en Cantuquiriguaçu en la construcción del territorio Campesino. Para eso, realizamos una investigación cualitativa y participativa utilizando instrumentos con preguntas, observaciones y registros del campo. Considera que CEAGRO desempeña una importante consolidación de la lucha por la Tierra, la construcción de este territorio y la lucha contra el capital. Em sintonía con la lucha del MST, promueve la Agroecología, con respeto a la vida y con foco en la transformación social. Los resultados apuntan, que los procesos de construcción del territorio campesino fue asumido por el MST en las áreas de Asentamientos y Campamentos. Por lo tanto, a pesar de ser de extrema importancia la importa política del MST; para ese proceso de transformación en las áreas de la Reforma Agraria, és indispensable que cuenten con instituciones para la orientación y promoción de esas prácticas vinculadas directamente con los trabajadores. Evidencia que los procesos desencadenados a partir de los trabajos realizados en Cantuquiriguaçu, contribuyen la consolidación del territorio campesino, un territorio no estático, pero con espacios de relaciones más solidarias y humanas, con trabajo cooperado y solidario. Valorización de las mujeres y los jóvenes del campo, estos últimos, asumiendo su lugar político y estratégico en las comunidades y en las familias, colaborando con los procesos de transformación social.

Palabras Claves: MST; CEAGRO; Territorio Campesino.

1 INTRODUÇÃO

No contexto agrário, verificamos a incessante resistência dos povos do campo – movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e povos tradicionais como comunidades Quilombolas, Indígenas, Pescadores (as) artesanais entre outros - à imposição do pacote tecnológico do agronegócio. O capital induz os trabalhadores (as) a vincular-se ao projeto do agronegócio, que leva ao esvaziamento do campo, pela negação de outras alternativas como a agroecologia. Portanto, o conhecimento, estímulo e acompanhamento dos trabalhadores (as) com vista à agroecologia se faz latente na realidade atual.

Soma-se a isso, na conjuntura atual, o ataque às instituições que subsidiam a luta pela terra e as bandeiras do MST. Intensificou-se a criminalização das organizações sociais, de atividades de mobilização, cortes de recursos das instituições que subsidiam atividades de promoção à produção sustentável.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) apresenta-se como uma instituição importante nesse processo, pois tenciona o avanço do agronegócio nas áreas de assentamentos¹ e acampamentos² no território Cantuquiriguaçu³ no estado do Paraná, materializando-se como contraponto ao capital, construindo territorialidades de atuação por meio da Agroecologia. Portanto, faz se necessário afirmar o trabalho que está sendo desenvolvido, demonstrando a importância destas instituições como alicerce no projeto Reforma Agrária Popular.

A realização da presente pesquisa deu-se mediante a minha inserção no CEAGRO, para contribuir com as atividades na unidade Vila Velha⁴, em Rio Bonito do Iguaçu-PR, e

¹ Ver verbete “Assentamento”, p.108 no Dicionário da Educação do Campo, 2012.

² Ver verbete “Acampamento”, p.21 no Dicionário da Educação do Campo, 2012.

³ “O Cantuquiriguaçu é um dos 04 territórios da cidadania do estado do Paraná. Ele é composto por 20 municípios pertencentes às microrregiões de Guarapuava e Cascavel. O seu nome é uma referência aos rios que o delimitam: o rio Cantu, ao oeste; o rio Piquiri, ao norte e o rio Iguaçu, ao sul”. O Cantuquiriguaçu é um território que faz parte da “estratégia de desenvolvimento territorial [...] para a amenização das desigualdades regionais no Brasil, e [...] uma maior democratização na gestão e execução das políticas públicas” (COCA, 2011, p. 03).

⁴ Mais especificamente, me inseri no CEAGRO para contribuir na atividade da Ciranda Infantil em 2014, a Ciranda Infantil é “Um espaço educativo organizado com o objetivo de trabalhar as várias dimensões da criança Sem Terrinha, como sujeito de direito,” (MST, 2004, p. 25), e dar continuidade aos estudos – me formei no Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS em parceria com CEAGRO, onde o curso realizado pela pedagogia da alternância me permitiu estudar e trabalhar no espaço do CEAGRO-Vila Velha. Atualmente, em 2019, contribuo no Pedagógico que corresponde a atividade de secretaria do CEAGRO – Vila Velha.

acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas na Cantuquiriguaçu, além disso, também pela minha inserção no MST. Aos três anos de idade juntamente à minha família na ocupação do Assentamento Oito de Abril em 1998, na região Centro-Norte do Paraná. E, mais tarde, no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio como acampada em meados de 2014, na região Centro-Sul do Paraná. Vivências que me possibilitaram acompanhar o processo constitutivo da luta pela terra e a reflexão em torno da importância das instituições que alicerçam a luta do MST.

Em consonância com as questões já postas, é importante observar os desafios daqueles que, na conjuntura de golpe, sem recursos, vem produzindo resistências por meio do trabalho coletivo e voluntário. Pois, acreditar em um projeto social mais amplo, de transformação social é, também, fazer hoje nas condições imediatas, postas a nós a classe trabalhadora.

As reflexões realizadas neste trabalho visam contribuir com as discussões acerca da consolidação e atuação do CEAGRO no território da Cantuquiriguaçu. Por conseguinte, buscamos compreender o movimento de luta pela terra e a construção do território camponês, a partir da atuação do CEAGRO junto aos acampamentos e assentamentos na região da Cantuquiriguaçu. Assim, realizamos o registro reflexivo e crítico sobre a experiência do CEAGRO na construção da Reforma Agrária Popular – projeto popular de desenvolvimento para o campo, que visa, para além da democratização da terra, um novo modelo de produção agrícola com a matriz de produção agroecológica (MST, 2007)⁵.

Neste sentido, a questão principal que orientou este trabalho é expressa da seguinte forma, “Quais são as contribuições do CEAGRO para a construção do território camponês na Cantuquiriguaçu-PR?”. Para responder nossa questão, temos como objetivo geral, Compreender o movimento de construção do território camponês, a partir da atuação do CEAGRO junto aos acampamentos e assentamentos no território da Cantuquiriguaçu no estado do Paraná. Mais especificamente, a) caracterizar a microrregião Cantuquiriguaçu nos aspectos históricos, territoriais, sócio-políticos, econômicos; b) historicizar o CEAGRO no contexto da luta pela terra do MST; c) identificar as ações do CEAGRO na região da Cantuquiriguaçu na construção do território camponês.

Em relação aos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa, entendemos que este deve permitir observar a realidade para além do reflexo, de como ela se apresenta a nós, possibilitando sair das aparências fenomênicas, e conhecer de fato o concreto, que nos permita

⁵ Programa Agrário do MST, 2007.

entender o movimento, o qual determina a realidade e nos identificar nele como parte de uma construção histórica, com potencial para atuação (MINAYO, 2003). A realidade tem um núcleo interno, que seria o das leis de funcionamento, não sendo perceptível apenas na aparência, pois traz consigo contradições que podem ser compreendidas com a análise histórica (NETTO, 2011).

Para analisar o CEAGRO e suas contribuições na região a partir da promoção a agroecologia, é necessário “[...] descrever a particularidade do objeto, a relação do aparente, singular ou contingente, com o processo mais compreensivo que o determina.” (CIAVATTA, 2001, p. 142). Ou seja, a manifestação do objeto é o ponto de partida e de chegada, no entanto, não se resume e limita unicamente ao imediatismo de sua manifestação, temos que chegar à “reprodução ideal do seu movimento [...]” (NETTO, 2011, p. 53).

Com base no concreto, sendo “síntese de múltiplas determinações, unidade na diversidade” (MARX, 1988, p. 38), busca-se identificar o objeto da pesquisa como uma unidade, a experiência do CEAGRO concreta, em sua singularidade, manifesta nas condições históricas atuais, produzida pela diversidade de manifestações das relações humanas na sociedade. O CEAGRO como uma instituição que está em um contexto imbuído de influências das forças capitalista hegemônicas, de relações de exploração do trabalho, do agronegócio, no entanto, como experiência que resiste acerca da luta pela terra pelo MST, na construção da agroecologia, da formação política do movimento social, produzindo experiências fundantes para novas relações sociais e de trabalho, na formação do território camponês na Cantuquiriguaçu.

A abordagem deste estudo se dá através da pesquisa qualitativa (SEVERINO, 2007). Utilizamos da revisão bibliográfica, a partir dos principais autores clássicos do pensamento brasileiro que contribuem na discussão sobre o campo brasileiro, a formação do Brasil e território, como Ribeiro (1995), Prado Júnior (1961; 1970), Santos (1977), Fernandes (2010) e outros autores mais contemporâneos.

Como técnica de levantamento de informações aplicamos questionário aos trabalhadores (as) do CEAGRO, mais especificamente, para seleção dos sujeitos/participantes da pesquisa, definimos como critério convidar àqueles (as) responsáveis pelas atividades formativas a partir das frentes de atuação do CEAGRO, a saber: Agroecologia, Gestão e Cooperação, Juventude e Gênero⁶. O questionário foi realizado para buscar entender

⁶ Eixos transversais de organização das áreas formativas do CEAGRO.

como o CEAGRO contribui na formação do território camponês a partir dos sujeitos que conduzem esse processo e as informações coletadas foram sistematizadas⁷.

A fim de preservar a identidade dos sujeitos/ participantes da pesquisa, realizamos um processo de codificação, de modo que a fonte das informações será exposta da seguinte forma: Q-01, Q-02, Q-03 e Q-04. Com as informações levantadas no campo empírico, foi possível produzir os dados necessários, para que junto a teoria, as leituras realizadas pudessemos problematizar, discutir os resultados da pesquisa.

Na perspectiva de pesquisa exposta, apresentamos a Cantuquiriguaçu, nos aspectos territoriais, sociais, políticos e econômicos na atualidade. Em seguida situamos o CEAGRO, sua consolidação junto à história de luta pela terra do MST, e suas ações na Cantuquiriguaçu. E, por fim, analisamos as contribuições do CEAGRO a partir da construção do território camponês na Cantuquiriguaçu.

2 FORMAÇÃO DO BRASIL: BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Partimos da compreensão de que as contradições existentes que motivam as ocupações erguidas pelos trabalhadores rurais, bem como o surgimento do MST, são resultado da organização do povo, decorrente do conflito agrário latente no Brasil. Isso pode ser identificado com o estudo de Ribeiro (1995), ao tratar os “Brasis” na história, pois traz a caracterização da formação do povo brasileiro e a divisão em classes que assola sobre a estrutura agrária colonizadora do Brasil. Ribeiro (1995) afirma que a mesma divisão de classes que nos separa enquanto brasileiros, também é ela que nos une “do lado de baixo”, ou seja, a classe trabalhadora é unificada para fazer luta, como a organização do MST, em decorrência da estrutura organizativa do capital, que cria as condições que isso seja necessário e aconteça.

Prado Júnior (1961; 1970) contribui também com questões importantes na compreensão da formação do Brasil. O autor enfatizar que o Brasil é uma empresa mercantil escravista, e que nessa sociedade, o escravismo é igual a servidão, uma relação social do

⁷ Identificamos que não conseguimos atingir o detalhamento da materialidade das ações do CEAGRO na sua totalidade, contudo apresentamos o mapeamento/enunciação das ações realizadas. Porém, indicamos trabalhos que contribuem na compreensão da atuação do CEAGRO: Thaile Cristina Lopes VIEIRA (2015), intitulado “Escola da Juventude: Processo de formação e auto organização da juventude do MST-PR”; Mirian Maria KUNRATH (2019), intitulado “Aspectos sociais e culturais da construção da corporeidade das mulheres Sem Terra da região Centro do Paraná: influências na inserção do MST”; de Juliana Cristina de MELLO, Leonardo Pereira XAVIER e Thaile Cristina Lopes VIEIRA (2017), intitulado “O trabalho com a Juventude Sem Terra na Região da Cantuquiriguaçu”.

modo de produção feudal. A forma de explorar a terra não é igual à do sistema feudal, no entanto, os colonizadores eram da burguesia mercantil, considerando que já existiam inclusive as casas bancárias. Com isso destrói o edifício teórico construído por outros autores, os quais afirmam a existência do feudalismo no Brasil. Coloca que a modernização vivenciada no campo pela implantação do agronegócio não altera o modelo econômico. Na colônia era modelo agrário exportador, na atualidade, com a alta tecnologia, vivemos igualmente um modelo agrário exportador. No debate teórico de 1960, percebemos que poderia até ter tido algum resquício feudal, porém a relação de produção era burguesa, ou seja, a economia brasileira já estava inserida no polo dominante do capitalismo mundial, o capitalismo desenvolvido internamente a partir de relações de produção não capitalista (escravismo, colonato, parceria).

Desde a colonização, o Brasil é entendido como uma empresa mercantil escravista. O poder tem raízes na grande propriedade, o escravismo é produto do latifúndio, da concentração fundiária. A burguesia tem uma dominação permanente e nunca deixou o poder. A burocracia estatal é dominação burguesa, a pequena produção não incide sobre isso, apenas a grande propriedade (PRADO JÚNIOR, 1961).

O Brasil se desenvolveu sem mexer em sua estrutura agrária. A aliança entre os setores da burguesia para manter o poder e a economia é que fez com que hoje a sociedade se organize em classes (PRADO JÚNIOR, 1961), pela exploração do trabalho. O recuo do capital é sempre estratégico, sua organização é implacável. O capitalismo quer transformar tudo em mercadoria, até o que não é, e dar um valor de troca, inclusive à educação.

Há períodos em que a classe dominante se fecha para seu desenvolvimento, o circuito fechado no sentido de não caber a classe trabalhadora no projeto de capitalismo dependente (FERNANDES, 2010), portanto, cabe à classe trabalhadora abrir o “circuito” que fechou-se, como por exemplo o impedimento político que vivemos na atualidade, para o aumento da exploração aos trabalhadores. É preciso o desenvolvimento, crescer economicamente, e, além disso, distribuir a renda. Desenvolvimento não é algo ruim é necessário, a questão está na distribuição, garantia de acesso a todos, isso só poderá acontecer criando condições.

De acordo com Fernandes (2010) a burguesia é dependente, subsumida, vendida, imperialista, antinacional, antipopular, e a classe trabalhadora não pode mais fazer a aliança com a burguesia porque ela sempre será intransigente. A aliança deve acontecer nos diferentes seguimentos da classe trabalhadora, entre camponeses, operários, indígenas, quilombolas, mineradores, todas classes populares que resistem, unidas. Na perspectiva deste autor, alianças erradas talvez sejam o que impede o avanço da classe trabalhadora sobre o capital, ou

seja, a esquerda aliar-se a classe dominante para garantir melhorias através de reformas. Sabemos que reformas não transformam a relação de exploração histórica entre opressor e oprimido.

Vivemos em um tempo histórico que a forma produtiva no campo está pautada acerca de cooperativas agrícolas, não de base familiar, e empresas industriais/ agrícolas, com base no agronegócio – monocultura, commodities, que não dialoga com a produção de alimentos para a soberania nacional. Trata-se da produção de café, soja, milho, laranja, cana-de-açúcar e arroz em grandes extensões de terras, em todo o país, com o uso de implementos agrícolas que permitem a produção em grande escala, para o mercado interno e exportação. Evidenciamos que é a forma de produção dominante no campo.

Essa forma de produção emerge, de acordo com Santos (1977), a partir do desenvolvimento tecnológico. Incitado a partir da década de 1950, de natureza técnica, com novas formas, substituição de funções, visando à aceleração da modernização, essa nova forma de produzir teve grandes implicações no meio rural. Passou atuar no campo com o objetivo, segundo Santos (1977, p.33), de “[...] modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura.”

Santos (1977) esclarece que a propriedade da terra como forma jurídica e espacial também sofre a incisão do capital no campo. Pois, forma concentrações, monopólios, com novas características, tratadas como empresas agrícolas. Soma-se também a garantia de estradas para a introdução de novas maneiras de produzir. Mediante a destruição daquilo que há no lugar e reorientação do comércio rural para uma rede mundial, com novas regulações do tempo e da produção e necessidade do dinheiro, como elemento principal do processo de circulação, o trabalho no campo passa da produção da existência para a necessidade de acumulação (SANTOS, 1997).

Na lógica de mercado do neoliberalismo os valores são invertidos, de acordo com Marx; Engels ([s.d] citado por NEVES et al., 2008, p. 4), “[...] para viver é preciso antes de mais nada comer e beber, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais.” Agora antes de comer e beber, morar e vestir-se é preciso acumular capital, única forma de viver, os interesses humanos e sociais estão subordinados ao capital.

Trata-se, conforme Fernandes (2010), da Revolução Burguesa no Brasil, iniciada na década de 1930. Remonta-se um cenário a partir da organização econômica e política para barrar qualquer revolução de esquerda, de desenvolvimento desigual interno e dependência externa, nada mais é que o capitalismo lutando por sobrevivência.

São fatores que levam a nova forma de produção no campo. Com vistas a dependência econômica do camponês ao capital para a produção, acarreta alterações na formação socioeconômica do país e a transformações no modo de vida e na forma de ver o mundo das pessoas.

Diante desse esclarecimento, percebemos que devido a estrutura fundiária, que faz parte da história da formação do Brasil, a qual corresponde exclusivamente os interesses capitalistas, a burguesia, exclui o camponês da terra e não deixar espaço para sua cultura, seus valores, seu modo de vida, o que leva a organização do MST de reivindicações e ocupações nas lutas ocorridas no âmbito da questão agrária (MENDONÇA, 2006). Portanto, apresentamos na sequência o MST e a luta pela terra, bem como a consolidação do CEAGRO como agente formador nos Assentamentos e Acampamentos e com pequenos agricultores.

3 MST E CEAGRO: ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O MST é tido como uma grande estrutura econômica que trabalha as diferentes dimensões da vida em sociedade, principalmente atrelada a relação com a terra. O MST foi consolidado em 1984, e pode ser caracterizado como,

[...] um movimento social que possui lideranças fortemente politizadas, um conjunto de estratégias de ação que causa impacto público (ocupações e marchas, por exemplo); uma pauta de reivindicações que engloba a reforma agrária, a inclusão social, a democracia e, portanto, transformação sociopolítica; uma composição social polarizada de um lado lideranças com uma consistente formação ideológica e, de outro lado, por uma base, composta por trabalhadores rurais ou pessoas que já tiveram vínculo com a terra. (SOUZA, 2006, p. 31).

Esse Movimento com as ocupações visa garantir que a terra cumpra sua função social, de ser produtiva, na subsistência das famílias acampadas e assentadas. Para além, altera diretamente a forma de organização da vida das pessoas, uma vez que, ao inserir-se na organização acerca da luta pela terra, adere as suas causas, o que leva a mudanças na forma de ver o mundo e de ação em sociedade e ganha identidade.

O MST é um movimento que traz no processo de luta a formação de seus integrantes. Temos claro que a formação de consciência é forjada no tecido das relações sociais que determina o aprender, nas relações de vivência, em espaços férteis para a formação como os acampamentos e assentamentos do MST.

Pois, somos orgânicos, porém somos sociais, a primeira não determina nossa formação, nossa constituição é social (LUKÁCS, 2012). Ou seja, somos formados pelo meio social que vivemos, são os condicionantes sociais que formam nossa visão de mundo, de sujeito e nosso papel na sociedade. Dessa forma, podemos dizer que a ordem individual é determinada pela ordem social.

O MST apresenta como objetivo inicial as ocupações de terra e o uso dela para a subsistência do camponês, da camponesa. Trabalha na formação da consciência em lutas mais amplas como a Reforma Agrária Popular e a transformação social, entende-se a ocupação de terra como ocupação e uso do território.

Conforme Santos (2003, p.19) o território é “[...] um nome político para o espaço de um país”, ou seja, o território brasileiro é, deste modo, a formação sócio espacial dos brasileiros. Para melhor apropriação do conceito, é necessário compreender o território como espaço usado (SANTOS, 2011). Para além, do espaço geográfico é entendido como àquele que se impõe a tudo e a todos, quando o espaço geográfico se transforma em história, transforma-se em território usado.

O uso do território é direito de todos, nós temos direito do uso do território desde que nascemos, entretanto, juridicamente isso não é garantido, e, no contexto do capitalismo, o território quando usado para a produção, agrega valor, sendo usado como valor de troca. O capital nega a soberania nacional a partir do saque de nossos territórios, tanto cultural, do trabalho, como do uso e apropriação, faz isso por meio da exploração do trabalho, pois o trabalho é uma das questões centrais para entender o território (SANTOS, 2002).

Ao considerarmos que construir um território é impor o uso, o MST disputa o uso do território com a distribuição da terra e valorização das relações de trabalho e cultura do campo, visa à formação política dos sujeitos desse meio para a atuação em mudanças na sociedade. No MST o uso do território é entendido como determinante para atingirmos os propósitos sociais de uma sociedade melhor, bem como a construção das territorialidades no campo brasileiro a partir da agroecologia, formas de produzir em equilíbrio com a natureza, ou seja, construir o território camponês. Nesse contexto, é importante ter objetivamente que, os sujeitos que compõem a categoria camponês segundo Fernandes, Cerioli e Cardart (2004, p. 25) são: “caipira, sertanejo, lavrador, sitiano, seringueiro, colono, caboclo, roceiro, agregado, meeiro, sem-terra, assentado” tratam-se dos trabalhadores (as) do campo enquanto classe.

Além da distribuição da terra é necessário fazer resistência ao uso do território. Uma vez que, quando reproduzido nas áreas de Reforma Agrária o modo de produção mediante o

agronegócio, entendemos que o capital ainda continua fazendo uso do território, passando a distribuição não ser mais uma ameaça. Logo, o MST apresenta grandes mudanças em relação a produção, ao buscar outra forma de produzir. A agroecologia (ALTIERI, 2009) é a alternativa que temos para fazer o enfrentamento e disputa do uso do território. Atualmente no MST não se trata mais unicamente da produção manual, está desenvolvendo o uso das tecnologias agrícolas para a construção de uma nova forma de produção. Portanto, buscar mecanismos, estratégias, para ampliar e fortalecer a agroecologia no interior das organizações sociais é fundamental, pois o capital para além da disputa do território e insere-se nos processos de uso do território.

Com o avanço do capital, tanto a agroecologia como as escolas do campo com currículo e práxis voltado para uma educação emancipadora tem potencial de gerar o conflito no uso do território e consolidar o território camponês da Reforma Agrária Popular. A Agroecologia e a Educação do Campo constituem-se como possibilidade de fomentar as resistências, de fortalecimento dos povos do campo, das águas e das florestas.

Nesse contexto, no território da Cantuquiriguaçu, soma-se o CEAGRO como agente formador que busca potencializar as ações em torno da Agroecologia contribuindo para fomentar ações que objetivam a transformação das relações sociais e de trabalho acerca da construção do território camponês.

A história de consolidação do CEAGRO⁸ na microrregião Cantuquiriguaçu possui fortes relações com a história de luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular construída pelo MST. O CEAGRO é constituído mediante a necessidade de um espaço para a formação de dirigentes/militantes/lideranças do MST, inicialmente, é organizado enquanto centro de formação em 1989, ou seja, é formado posteriormente ao MST a partir de uma demanda desta organização na região. Pois, o MST possui grande incidência na Cantuquiriguaçu devido à disputa de território com o latifúndio Araupel – indústria de madeira S.A – a qual possui abrangência nos municípios de Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto e Rio Bonito do Iguaçu/PR, onde, na atualidade, está uma grande concentração de Assentamentos e Pré-assentamentos⁹ do MST.

⁸ A história do CEAGRO pode ser encontrado de forma mais detalhada na pesquisa de mestrado intitulada “Agroecologia – um território em construção: considerações acerca das experiências agroecológicas nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR”, mais especificamente no tópico “Os atores envolvidos no processo de territorialização da agroecologia” de autoria de Lisane Carvalho, 2017.

⁹ Assentamento Ireno Alves, Assentamento Dez de Maio, Assentamento Marcos Freire, Assentamento Celso Furtado, Pré – Assentamento Herdeiros da Terra de 1ª de Maio e Pré – Assentamento Dom Tomas Balduino.

As ocupações do MST no latifúndio Araupel inicia-se na década de 1990, mesmo período em que o CEAGRO é consolidado, o número de famílias beneficiárias da Reforma Agrária é que justifica a importância de consolidação do CEAGRO na Cantuquiriguaçu. Logo após a sua formação, o CEAGRO passa a realizar atividade de formações relativas a produção nas áreas da Reforma Agrária, sendo formalizado no ano de 1997 a partir da contribuição de vários sujeitos coletivos entre os quais destacamos o MST. A partir dos anos de 2000 e 2001 as atividades em torno da promoção da Agroecologia passam a entrar em pauta no MST, e, por consequência, como atividade do CEAGRO. Portanto, o CEAGRO passa a trabalhar para a promoção da Agroecologia como modelo sustentável e viável para os assentamentos e acampamentos por meio capacitação e formações, vai tomando forma (CARVALHO, 2017).

A conquista de inúmeros assentamentos pelo MST na Cantuquiriguaçu permite que o CEAGRO ganhe maior dimensão e atuação na região. Podemos dizer, que o avanço da luta do MST é correspondente ao seu avanço nos municípios. Em 2010 o CEAGRO contribui na constituição do Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida, forma de organização das famílias na certificação participativa das propriedades de produção orgânica. Anos mais tarde é consolidado a Rede de Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu, passo importante para a expansão e vinculação de mais entidades na promoção da agroecologia. No ano de 2011, passa a realizar Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, o que potencializa os processos de transição e avanços na produção agroecológica e certificação orgânica nos municípios atendidos. Como forma de potencializar a comercialização e dar visibilidade a produção de alimentos saudáveis na região, contribui na promoção da Feira Regional de Economia Solidária e Agroecologia – FESA, que é realizada em Laranjeiras do Sul-PR (CARVALHO, 2017).¹⁰

Somam-se as atividades desenvolvidas pelo CEAGRO na região, os cursos profissionalizantes, os quais oportunizaram processos formativos de inúmeros profissionais para a atuação no campo. Trata-se de cursos graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas áreas de gestão e cooperativismo e agroecologia. Para além, trabalha desde 2014 em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul-PR, na oferta de alimentação e hospedagem para as turmas do curso Interdisciplinar em Educação do Campo:

¹⁰ Os cursos são viabilizados via as principais parcerias como as seguintes instituições, Universidade Federal do Paraná, Fiocruz, Instituto Federal do Paraná, Universidade de Mondragon – País Basco/Espanha; Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária; Universidade Federal da Fronteira Sul, entre outras entidades como sindicatos, organizações populares, movimentos sociais.

Ciências Sociais e Humanas, o que leva o CEAGRO a contribuir no processo de formação de educadores (as) na Educação do Campo¹¹.

Contudo, a partir de 2016 no período de retrocesso nas políticas públicas somadas a conjuntura de criminalização dos movimentos sociais¹², o CEAGRO apresenta recuo no desenvolvimento das suas ações na região devido à falta de recurso e disponibilidade de equipe para a realização de atividades. Contudo, apesar dos limites impostos pelo governo atual, busca formas para se reinventar¹³ e garantir o trabalho, mesmo que não seja na mesma proporção que antes, junto às famílias na assistência técnica e formação.

O CEAGRO pode também ser caracterizado como uma associação de agricultores ligados a Reforma Agrária, atua como entidade captadora de recursos e que assessora tecnicamente aos agricultores e agricultoras da região, promove formações nas questões de gênero, juventude, agroecologia e gestão cooperada. Localiza-se em três espaços, os quais são: sede administrativa em Laranjeiras do Sul-PR; centro de formação - Unidade Vila Velha em Rio Bonito do Iguaçu-PR; e a unidade produtiva do Cavaco em Cantagalo-PR.

Em Laranjeiras do Sul é realizado todo processo de gestão administrativa, onde permanece a equipe responsável pela assistência técnica aos produtores e formação, é um espaço de referência aos produtores da região. No município de Rio Bonito do Iguaçu, situa-se o centro de formação unidade Vila Velha, onde são ofertados diferentes processos formativos, junto as turmas do curso superior de Licenciatura em Educação do Campo em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), aos membros, militantes do MST e outros grupos parceiros que desejam utilizar do espaço para realização de formação. Em Cantagalo, também no Paraná, está a unidade produtiva do Cavaco onde é realizada a produção de pastagem em Pastoreio Racional Voisin (PRV), na produção de feno, milho e feijão.

Ao longo de vinte e dois anos do CEAGRO após sua formalização, o mesmo se constitui enquanto uma das entidades de maior envolvimento e comprometimento no território Cantuquiriguaçu, principalmente na promoção da agroecologia. Participando de

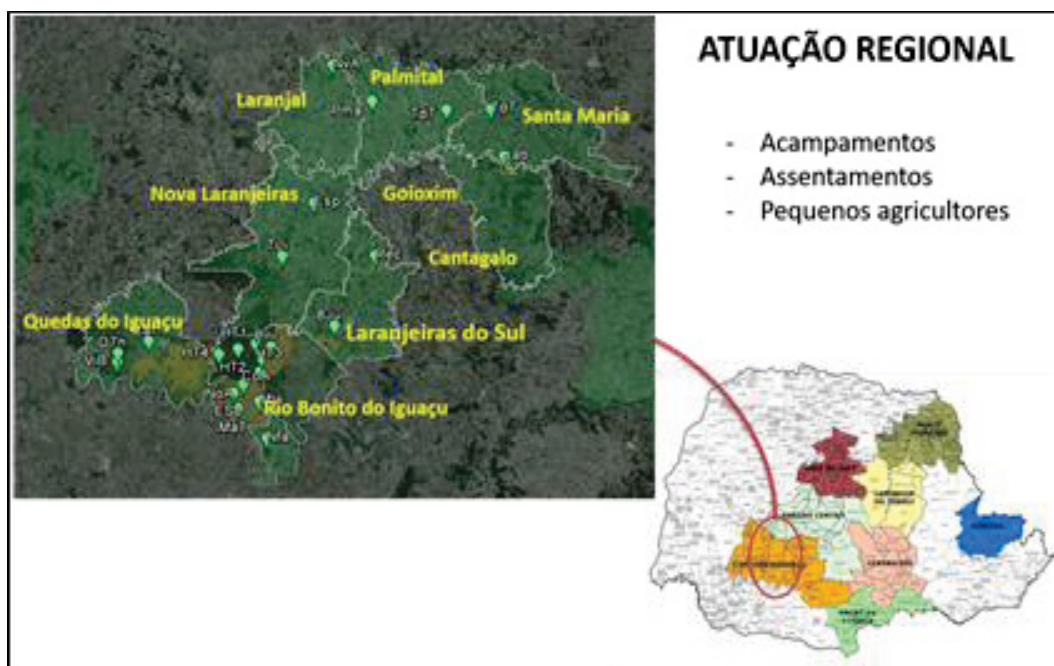
¹¹ Embora o CEAGRO participe do processo formativo das turmas de Educação do Campo, não consegue realizar um acompanhamento mais próximo de formação política a partir da organicidade do Movimento, pois, não há acompanhamento Político Pedagógico das turmas e abertura para este trabalho, fica mais no âmbito de responsabilidade da Universidade.

¹² Destacado no documento: Relatório-Luz para Agenda 2030 – GTSC A2030. Link <http://brasilnaagenda2030.org>

¹³ Projetos através de políticas públicas e parcerias fora do país, com universidades e associações para captação de recurso.

diversos processos de formação, tanto formais quanto informais¹⁴, que oportunizam qualificação na produção de base sustentável, preocupando-se com outras dimensões da vida no campo, a exemplo as relações de trabalho, gênero e a juventude camponesa, trata-se de diferentes dimensões que incorporam a Agroecologia como um todo. Abaixo (Figura 1) alguns municípios de atuação do CEAGRO no território da Cantuquiriguaçu.

FIGURA 1 - MUNICÍPIO DE ATUAÇÃO DO CEAGRO



FONTE: CEAGRO, 2019.

Identificamos a microrregião Cantuquiriguaçu como um espaço que possui a produção hegemônica pelo agronegócio. No entanto, apresenta diferentes ações vinculadas a agroecologia nas relações com a terra e de trabalho. Na sequência apresentamos mais especificamente a microrregião Cantuquiriguaçu nos aspectos de trabalho para situar o contexto de atuação do CEAGRO.

¹⁴ Produção agroecológica e orgânica, cooperação, associativismo, cooperativismo e gestão de empreendimentos, gênero, aproveitamento de lixo doméstico, produção de leite à base de pasto através do PRV, 100 apicultura, fruticultura, gestão ambiental, homeopatia, produção de sementes crioulas, hortaliças, proteção de fontes de água, manejo de ordenhadeiras mecanizadas, piscicultura, artesanato, plantas medicinais, aproveitamento de frutas, panificação, hortas, sistemas agroflorestais, entre outros. (CARVAHO, 2017, p. 100).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO CANTUQUIRIGUAÇU

A microrregião Cantuquiriguaçu¹⁵ abrange vinte municípios do estado do Paraná, pertencentes às microrregiões de Guarapuava e Cascavel. Está localizado no terceiro planalto Paranaense, com abrangência numa área de 13.947,73 km², ou seja, possui dimensão de 7% do território estadual (IPARDES, 2007). O território Cantuquiriguaçu (Figura 2) é constituído pelos municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. (IPARDES, 2007). O seu nome Cantuquiriguaçu “é uma referência aos rios que o delimitam: o rio Cantu, ao oeste; o rio Piquiri, ao norte e o rio Iguaçu, ao sul”. (COCA, 2011, p.03).

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU



FONTE: CONDETEC - Estratégia para o desenvolvimento II (2009).

¹⁵ Entendemos que a ação de ocupação de terras e consolidação do MST e da agroecologia na Cantuquiriguaçu são bem definidas por Coca (2011), Miranda (2012), Roos (2015) e Carvalho (2017).

A Cantuquiriguaçu é uma associação de municípios denominada como território da cidadania desde 2008. No estado do Paraná são quatro territórios da cidadania, assim, a Cantuquiriguaçu faz parte da “estratégia de desenvolvimento territorial [...] para a amenização das desigualdades regionais no Brasil, e [...] uma maior democratização na gestão e execução das políticas públicas” (COCA, 2011, p. 05). Por meio de políticas públicas o Governo Federal busca viabilizar as produções características do território que vai desde agronegócio, com grande incidência na região, à agricultura camponesa.

A microrregião Cantuquiriguaçu é um território marcado por conflitos agrários, ou seja, “um intenso processo de conflitualidade através da luta pela terra e da criação de assentamentos rurais, com destaque para a disputa por políticas públicas e pelo controle das etapas de produção, beneficiamento e comercialização dos gêneros agrícolas, etc” (COCA, 2011, p. 05), e uma forte organização da agricultura camponesa, entendida como,

[...] o modo de fazer agricultura e de viver das famílias, que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.” (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 26).

Identificamos também a presença da agricultura familiar, ou seja, de acordo com Neves (2012, p.37) “organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado”. A agricultura camponesa e familiar está presente nos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, Terras Indígenas, pequenos agricultores em geral, entre outros (SOUZA, 2019).

Nas relações de trabalho¹⁶, evidenciamos o trabalho assalariado e autônomo. No trabalho assalariado como maior fornecedor de emprego temos o comércio varejista e a agropecuária. Na agropecuária temos por atividade principal a pecuária bovina, com produção de leite e gado de corte. A pecuária leiteira trata-se da atividade produtiva principal dos agricultores de pequena propriedade. Nesta atividade o trabalho tem por característica ser

¹⁶ Ao considerarmos o trabalho como “atividade orientada a um fim” (MARX, 1983, p. 149), o princípio constitutivo do homem, entendemos que o trabalho carrega em si a formação da consciência por meio da ação do homem na natureza na produção de sua existência, está contida nele a possibilidade de transformação das condições objetivas da sociedade. Sendo este o principal fator que determina a humanização e as relações sociais, percebemos que é o trabalho que humaniza o homem. É por meio do trabalho que o homem supre as necessidades básicas de sobrevivência e espirituais, como a cultura, entretanto, é a segunda que torna o homem humano, mas para isso depende, necessariamente, da primeira.

autônomo; que se valem por serviços nos domicílios, ou que produzem para subsistência. Para além, as famílias que não produzem soja e milho com instrumentos mais mecanizados, tem por produção a variedade de cultivos (SOUZA, 2019).

A microrregião produz muito, embora tenha uma de suas dificuldades a comercialização. A pecuária leiteira não consegue efetivar um comércio local, dessa forma, a concorrência leva a redução do valor, o que acarreta às famílias perda na comercialização. Essa problemática se evidencia, seja pela localização, ou, por não ter mercado local para absorver a produção.

Nos acampamentos e assentamentos que o trabalho coletivo se apresenta com mais frequência. Olhando mais especificamente para âmbito local, é predominante o trabalho acontecer mediante o núcleo familiar, porém há situações de trabalho por meio de associações nas comunidades, ou, por trabalho assalariado, em empresas da região. Acontecem casos isolados, em grupos mais organizados, que o trabalho se apresenta em regime de mutirão ou chamado de “troca de dia”¹⁷, pois as áreas são coletivas¹⁸. Nos assentamentos encontramos os grupos de produção orgânica, os quais são certificados de forma participativa pela Rede Ecovida de Agroecologia¹⁹, que possuem a dinâmica de realizar o trabalho coletivo²⁰.

No entanto, de forma geral, podemos dizer que em relação ao trabalho cooperado algumas formas ainda são muito incipientes, principalmente aquelas iniciais, de transição. Há cooperação quanto ao uso de máquinas e nas cooperativas de comercialização, são iniciativas que vem se consolidando (SOUZA, 2019).

Essas experiências de trabalho coletivo, só são possíveis devido à existência dos núcleos certificados pela Rede Ecovida com a produção orgânica vinculadas às cooperativas. O núcleo geral denomina-se “Luta Camponesa”, pertencentes a este núcleo geral organizam-se grupos menores de produtores orgânicos nos assentamentos e acampamentos, localizados em diferentes municípios da Cantuquiriguaçu, com escoamento da produção nas cooperativas do MST.

¹⁷ Os trabalhadores se unem para o trabalho, organizam-se para realizar o trabalho em uma das propriedades em um dia juntos e, conseqüentemente, fica a outra propriedade para o outro dia.

¹⁸ Citamos como exemplo o grupo de produção de mandioca orgânica que está em processo inicial no Acampamento Dom Tomas Balduino, município de Quedas do Iguaçu-PR (SOUZA, 2019).

¹⁹ A Rede Ecovida “é um espaço de conexão, de interação [...] entre diferentes trabalhos cujo foco é a Agroecologia. [...] Os membros da Rede Ecovida estão quase todos organizados em pequenos grupos, associações ou cooperativas e, obrigatoriamente, vinculados ao que denominamos Núcleo Regional” (CARTA MAIOR, 2019).

²⁰ Citamos como exemplo os grupos de produtores orgânicos nos municípios de Laranjal-PR, Palmital-PR e Goioxim-PR, os quais produzem alimentos com plantios em consórcio (SOUZA, 2019).

Embora, ainda, seja considerado um território muito pobre devido à baixa renda dos trabalhadores, concentração fundiária, com problemas de desenvolvimento (CARVALHO, 2017; COCA, 2011 e ROOS, 2016), a Cantuquiriguaçu, como território da cidadania, possui estratégias mediante políticas públicas voltadas para as questões sociais. Sofre pouco com questões relativas ao desemprego em comparação ao geral do estado do Paraná, porém, quando se trata do campo ocorre o agravamento da situação, a pobreza está manifesta na má qualidade de moradias, garantia da saúde e educação nesse espaço (SOUZA, 2019).

Podemos dizer que evidencia a dependência do capital para a produção. A falta de assistência aos pequenos agricultores, endividamento, como consequência da “nova forma produtiva” (SANTOS, 1977) que traz projetos e políticas públicas advindas do Estado para fortalecimento do agronegócio. Isso leva os pequenos agricultores à perder suas terras, além de comprar um pacote de soluções para o cultivo na terra e, permanentemente, estar endividado, perde-se o vínculo, controle dos processos produtivos, envenena seu próprio alimento e não atinge a subsistência, e, além disso, está alheio de seu trabalho²¹. Temos claro que estas questões fazem parte de um projeto social para o campo, o qual levou à transformações socioeconômicas de dependência dos camponeses (SANTOS, 1977), com vistas ao esvaziamento do campo, considerando que terra vazia é precursora do capital, e na Cantuquiriguaçu isso se manifesta pelo agravamento da pobreza no campo (SOUZA, 2019).

Por outro lado, o MST na constituição de assentamentos e Acampamentos apresenta a possibilidade de por meio da incisão do trabalho coletivo, da agricultura camponesa, do cooperativismo, alterar as relações produtivas do capital com enfoque na produção local e regional. Pois, busca através de políticas públicas a viabilidade da produção com qualidade à estes sujeitos, iniciando com o direito à terra pela Reforma Agrária e incentivo à produção orgânica e agroecológica, onde a produção diversificada é pensada em consonância com a natureza e subsistência das famílias (SOUZA, 2019).

Entendemos que o camponês que está presente no trabalho, cultiva através da diversidade de alimentos para soberania alimentar e subsistência familiar por meio da matriz tecnológica da agroecologia, produz valores, humaniza-se pelas relações dadas naquele meio, de cooperativismo, coletividade, e, acima de tudo, produz a subsistência da família.

²¹ Entendemos que os condicionantes do trabalho acarretam grandes mudanças nas relações sociais e nas compreensões de mundo das pessoas. Na medida em que o trabalhador se insere ao mercado de trabalho, se produz, em meio a sociedade capitalista, torna-se alheio de si, não consegue se identificar no seu trabalho e este não o forma enquanto ser pensante, o trabalho tem por fim o salário, renda que garante a sua sobrevivência.

Para isso, o MST exige o direito de acesso a políticas públicas para suporte e incentivo a agroecologia como forma de produção. É nesse contexto que o CEAGRO tem papel importante, uma vez que a mais de vinte e dois anos trabalha para encontrar mecanismos de inserção das demandas regionais de produção. Com projetos para captação de recursos para realizar os processos formativos e de assistência técnica com os camponeses e contribuir com a viabilização da soberania alimentar nas áreas de Reforma Agrária Popular.

O CEAGRO busca contribuir com a consolidação do território camponês a partir da preocupação com a formação dos trabalhadores (as) para o trabalho cooperado, de combate ao machismo no campo e na formação da juventude para a permanência no campo. Essas questões referem-se aos eixos transversais de atuação do CEAGRO na atualidade, isto é, Agroecologia, Cooperação e Gestão, Gênero e Juventude, as quais serão melhores descritas no tópico seguinte.

4 CONTRIBUIÇÕES DO CEAGRO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

A partir das frentes de atuação do CEAGRO, desenvolvem-se atividades formativas em vários municípios da Cantuquiriguaçu. Possuindo uma dinâmica de organização por meio de atividades a partir das frentes, as quais possibilitam trabalhar diferentes dimensões abrangendo uma totalidade de compreensão do campo na formação da classe trabalhadora. Para refletir a atuação do CEAGRO a partir dos eixos transversais, Agroecologia, Cooperação e Gestão, Gênero e Juventude, utilizaremos dos dados produzidos mediante as informações oriundas da aplicação dos questionários.

As atividades desenvolvidas acerca da “agroecologia e cooperação assumem caráter de assessoria a processos de ensino e aprendizagem no MST do Paraná.” (Q-04, 2019). As atividades realizadas possuem a intencionalidade de,

[...] contribuir com a classe trabalhadora a partir do apoio à criação e/ou fortalecimento dos seus instrumentos organizativos e produtivos. O objetivo é que as famílias possuam o controle de todo o processo produtivo, do plantio à entrega ao consumidor final, agregando valor e eliminando atravessadores através da agroindustrialização, do associativismo e do cooperativismo. As pessoas envolvidas nestas atividades passam por um processo contínuo de formação e capacitação, técnica e política, de maneira que possam se apropriar de todas as informações necessárias e dos processos envolvidos, ampliando sua autonomia sobre seu trabalho e a geração de renda. (Q-01, 2019).

De acordo com Q-04, 2019, o CEAGRO no último ano passa a fazer assessoria em outras regiões do Paraná, para além do território estudado (Cantuquiriguaçu)²², principalmente relacionadas a gestão e cooperação. No trabalho a partir da promoção da agroecologia o CEAGRO atende, em sua maioria, agricultores, camponeses, que tem vínculo com o MST e alguns com o Movimento de Pequenos Agricultores – MPA.

As formações com o enfoque de gênero e juventude ocorrem há cerca de oito anos no CEAGRO a partir das demandas de formações dos movimentos sociais, principalmente do MST. O CEAGRO possui

[...] a Frente de Gênero e Juventude como uma das frentes de trabalho, organizando diversas ações e processos de formação, para além dos cursos formais. Com o acompanhamento e contribuição do CEAGRO, organizamos um Coletivo Regional de Juventude, no ano de 2012, com a participação de jovens residentes nas áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária, de Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul. (Q-02, 2019).

Mais especificamente, em relação a juventude as atividades desenvolvidas se caracterizam “[...] em torno do acesso à educação e formação humana, trabalho e renda, agroecologia, arte, cultura e comunicação. A partir dessas temáticas foram realizados cursos, oficinas, reuniões, manifestações, criação de espaços produtivos agroecológicos, intervenções de agitação e propaganda, etc.” (Q-02, 2019). Dá-se destaque a Escola Regional da Juventude²³, pois busca,

[...] articular a formação desde processos concretos de auto-organização, autogestão, leitura e análise da realidade, em que os jovens se deparassem com problemas reais que exigem estar organizados para resolvê-los, motivando a organização de ações nos locais onde estão inseridos ao Coletivo da Juventude do MST e ao CEAGRO. Outra dimensão importante dessa proposta é a necessidade de articular o acesso a teoria a partir dos problemas que as práticas suscitam (desde os momentos de estudo até as oficinas), de forma que dialogassem com reflexões e debates em torno do papel/função da Juventude no processo histórico de organização da classe trabalhadora. (Q-02).

²² O projeto piloto está sendo na Lapa, na cooperativa Terra Livre.

²³ O processo da Escola da Juventude é organizado em três etapas de formação, que envolvem atividades de Tempo Escola e Tempo Comunidade. Já foram formadas quatro turmas: a primeira turma no período de 2012-2013, a segunda turma em 2013-2014, a terceira turma no período de 2015-2016 e a quarta turma em 2017-2018; Os principais temas do programa de formação da Escola da Juventude foram/são: O Papel do Trabalho e da Organização na Formação Humana; História da Luta pela Terra e do MST; História das Revoluções da Classe Trabalhadora e Internacionalismo; Gênese e Natureza do Estado, Desenvolvimento do Capitalismo no Campo e o Agronegócio; Como Funciona a Sociedade (noções de Economia Política); Método de Trabalho de Base e da Organização Popular; Desenvolvimento Territorial; Agroecologia e Cooperação; Indústria Cultural e Cultura Política; Agitação e Propaganda; Gênero e Sexualidade; Educação do Campo. Além dos momentos de estudo, ocorriam oficinas articuladas e ligadas à prática em diferentes dimensões: Arte e Educação, Agitação e Propaganda e produção/Agroecologia, com o intuito de ser o motivador de organização de grupos nas escolas, assentamentos e acampamentos. (Q-02, 2019).

A formação da juventude, neste contexto, trata-se da organização e mobilização dos jovens do campo, para processos formativos, de estudo, acerca da realidade em que fazem parte. Atividades pelas quais é envolvido um número significativo de jovens, como fica expresso a partir do Q-02²⁴,

Embora nunca tenhamos feito um levantamento de quantos jovens já participaram de todas as ações desenvolvidas pelo CEAGRO com a juventude, posso dizer seguramente que pelo menos cerca de 1000 (mil) jovens já foram beneficiados ou participaram de alguma forma de algum trabalho realizado ou articulado pelo CEAGRO. (Q-02, 2019).

Soma-se a atividade com a juventude as ações formativas direcionadas a temática de gênero²⁵, pela qual o CEAGRO desencadeia “[...] processos de formação, debates e construções quanto à consolidação de novas relações de gênero, bem como no empoderamento das mulheres frente aos seus processos de vivência.” (Q-03, 2019). Estas atividade, de grande importância quando se trata da busca pela consolidação de relações mais humanizadas no campo, permitiu a consolidação do

[...] coletivo Regional de Mulheres, que foi criado no ano de 2009. Pois, embora as mulheres sempre estivessem presentes nas organizações sociais, sempre tiveram suas ações invisibilizadas, e foi sentindo a necessidade de se organizarem para pensar espaços de formação e debate de suas especificidades é que se consolida esse coletivo, sendo composto por 25 representantes das aproximadamente 10.000 famílias das áreas de Acampamentos e Assentamentos do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, que se reúnem mensalmente²⁶ para formação e debate sobre as demandas de atividade com mulheres da região. (Q-03, 2019).

²⁴ Foram muitos jovens que participaram dessas atividades desenvolvidas pelo CEAGRO. Só a Escola da Juventude tinha em média cerca de 40 a 50 jovens por turma. As oficinas/reuniões/formações que desenvolvemos com os jovens em suas comunidades dependiam do número de participantes de cada grupo, que variava de 5 a 20 pessoas. Já realizamos ações com jovens estudantes das escolas dos acampamentos e assentamentos da região (exemplo: formação/palestra em que a escola reunia todos os jovens do ensino médio ou todos os jovens da escola). Em 2012, por exemplo, na Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, organizamos uma manifestação em Laranjeiras do Sul que teve a participação de cerca de 700 jovens. Então o número médio de pessoas que se envolve dependia/depende muito do caráter de cada atividade. (Q-02, 2019).

²⁵ A frente de Gênero intensifica suas ações contribuindo na articulação das mulheres sem terra no ano de 2006, momento em que estas se somam mulheres Pequenas agricultoras e juntas retomam as atividades de 8 de março como um dia de luta das mulheres. A experiência de organização das atividades de 8 de março apontam para a necessidade de organizar um coletivo que pudesse ser o espaço de articulação, organização e formação das mulheres, para que estas se preparassem para estarem inseridas nos espaços das suas organização com condições de intervenção. (Q-03, 2019).

²⁶ Escolas de formação de mulheres, a qual teve sua 1ª turma no ano de 2012, a metodologia organizacional parte de que cada turma ocorra com 3 etapas de 2 dias cada, ou seja, 6 dias de formação presencial, onde são abordados temas de demanda das próprias participantes todos voltados a realidade buscando consolidar práticas de transformação da realidade. Em 2019 concluímos a 6ª turma, e todas as turmas são compostas por aproximadamente 50 companheiras. (Q-03, 2019).

Tratam-se de atividades que dialogam a todo momento na formação da classe trabalhadora em várias dimensões. Com o trabalho acerca da agroecologia e cooperação com as famílias produtoras, segundo (Q-04, 2019), “o CEAGRO conseguiu promover o resgate de mutirões na região”. Trata-se de uma forma de trabalho coletivo por meio da produção agroecológica que proporciona para as famílias maior vínculo pelas trocas de experiências, cooperação e solidariedade. É uma prática que contribui na formação das famílias envolvidas para novas formas de sociabilidade. Pois, com o trabalho através dos mutirões dá,

[...] materialidade ao discurso, então além de discutir como a agroecologia é bom praticá-la, também, por essa prática, nós criamos ambientes de diálogos de saberes, não só entre os técnicos e os agricultores, mas também entre os próprios agricultores. Isso também contribui na construção do conhecimento. Os mutirões contribuem na troca de sementes, as famílias que vão no lote da outra sempre leva para casa alguma coisa diferente que tem lá. Os mutirões contribuem para que os agricultores identifiquem problemas em comum e tentem também encontrar soluções em comum, ou seja, os mutirões contribuem para a cooperação entre as famílias de um determinado território. (Q-04, 2019).

Soma-se as questões de produção, o trabalho que o CEAGRO desenvolve na região com a juventude e as mulheres, pois, este possibilita “o fortalecimento da capacidade organizativa das mulheres e jovens, das áreas de Reforma Agrária, de maneira a lhes dar instrumentos para que conquistem sua autonomia organizativa, financeira, a incidência e acesso aos direitos e visibilidade política (Q-02, 2019). Isso se expressa na “formação e geração de renda dos grupos de jovens, ampliando a articulação e organização dos jovens na região, com o acompanhamento aos grupos, reuniões, oficinas teórico-práticas, seminários, cursos de formação e assistência técnica (Q-02, 2019), da mesma forma que tem “empoderado às mulheres de conhecimento, possibilitando que estas participem de forma ativa nos diversos espaços de vivência”. Uma vez que, para além de ocuparem “um espaço central na gestão e no trabalho na unidade de produção familiar” (Q-03, 2019), o que já tensiona o patriarcado no campo, as mulheres assumem o lugar político. Nesse contexto, o CEAGRO tem tensionado o capital no campo das seguintes formas, sistematizadas no quadro abaixo.

QUADRO 1 - As ações sociais do CEAGRO na Cantuquiriguaçu e o tencionamento do capital no campo

AÇÕES SOCIAIS DO CEAGRO		
ATIVIDADES	OBJETIVOS	TENCIONAMENTOS
Trabalho de base nas comunidades;	Organização das famílias, mulheres e juventude, mobilização e conscientização coletiva;	O individualismo, imobilidade, passividade, aceitação diante das relações capitalistas impostas

Oficinas teórico-práticas produtivas, seminários, cursos de formação e assistência técnica;	Compreensão de meios alternativos para a produção, manejo e processamento de alimentos saudáveis por meio da Agroecologia;	O agronegócio e o pacote tecnológico visto como solução única;
Intercâmbios de troca de experiência;	Promoção e valorização da cultura camponesa por experiências coletivas e troca de saberes populares;	Agronegócio e o monocultivo;
Participação dos diversos espaços do MST, (o setor de produção, e a Frente econômica financeira, Coletivo de gênero, educação, juventude, bem como nas coordenações e direções locais, regional e estadual);	Fortalecimento da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular por meio do MST pela participação ativa das mulheres e juventude;	Concentração fundiária e agronegócio;
Organizações de grupos produtivos de mulheres (produção agrícola, processamento de alimentos e artesanato, alguns se consolidam em agroindústria, grupos, associações e cooperativas);	Formação política, conscientização e mobilização das mulheres no campo; Empoderamento pelo trabalho para emancipação feminina;	Machismo, patriarcado no campo;
Organização e formação dos grupos de Agroecologia e da Rede ECOVIDA;	Formação para a produção agroecológica pelo trabalho e comercialização cooperado/a;	Agronegócio, relações individualista e capitalizadas no trabalho e na comercialização;
Escola da Juventude e debates em escolas do campo (sobre gênero, violência contra as mulheres e organização da juventude no campo);	Conscientização e mobilização da juventude na Educação Básica; proporcionar espaços de formação/organização política, de lazer e cultura para os jovens do campo;	Esvaziamento e envelhecimento do campo;
Escola de mulheres	Formação e mobilização para a participação ativa/política das mulheres em diferentes espaços;	Machismo, patriarcado;

FONTE: A autora (2019) a partir das informações dos questionários.

São diversas as formas que o CEAGRO participa da formação da classe trabalhadora na busca da elevação da consciência organizativa, cultural e de trabalho e construção de novas sociabilidades. O CEAGRO, a partir das atividades formadoras, trabalha em consonância com os objetivos do MST, uma vez que visa permitir que os trabalhadores entendam seu lugar na

sociedade, que sua consciência corresponda à classe, que se identifique enquanto classe revolucionária na construção de um novo tempo. O lócus de transformação social fortalece o uso do território, pois, para além da posse da terra pela classe trabalhadora, o sentimento de coletividade enquanto classe permite a construção de novas relações, mais humanizadas.

Podemos dizer que as atividades que o CEAGRO desenvolve, contribuem para a construção do território camponês. Contudo, ao promover a agroecologia vinculados aos eixos transversais de gênero, juventude e gestão e cooperativismo, apresenta uma nova forma de perceber o território camponês. Pois, a “agroecologia não é só uma técnica, é uma forma de comercializar mais cooperada, é relações de gênero e entre as gerações mais solidárias, assim, o CEAGRO está contribuindo para a consolidação de outra forma de se relacionar entre seres humanos e com a natureza.” (Q-04, 2019). Referimo-nos a construção de um território camponês diferente, ressignificado, “não é um camponês de uma fotografia parada no tempo, é onde se busca ao mesmo tempo manter o que a gente acha que a racionalidade camponesa traz de positivo e problematizar os seus limites, como a questão do patriarcado.” (Q-04, 2019).

“O território camponês que o CEAGRO busca promover é diferente, considera as relações de gênero, da importância às mulheres no campo, da juventude, um território que avance na compreensão sobre a opressão sob as mulheres.” (Q-04, 2019). Além disso, o “associativismo e o cooperativismo são alguns dos componentes centrais nesta construção” (Q-01, 2019). Pois, altera “as relações de trabalho, a capacidade de gerar renda e desenvolvimento (bem como a qualidade deste desenvolvimento), [o que leva] a superação dos mecanismos de dependência de mercado e a capacidade organizativa enquanto território” (Q-01, 2019). Outro elemento importante que se soma a construção do território camponês é “a comercialização, a qual assume o caráter de solidária busca trazer a forma de comercialização cooperada.”²⁷ Então é esse tipo de camponês, esse tipo de relação é um pouco diferente da relação que é trazido pelos estudos clássicos do campesinato.” (Q-04, 2019). Pois, entendemos que:

[...] pensar na construção de território implica necessariamente em pensar formas de relações humanas que rompam a lógica capitalista de dominação e subordinação das relações entre as pessoas. Para a conquista e efetivação da construção de um território camponês é fundamental que as relações sejam baseadas na igualdade,

²⁷ Temos o exemplo prático o assentamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul, que fizeram um acordo onde foram identificar no mercado os preços dos produtos e traçaram o acordo de que o valor do produto agroecológico não pode ser maior que o valor dos produtos convencionais na feira, para que o alimento que os agricultores produzem chegue nos trabalhadores da cidade.

onde todos e todas sujeitos possam construir sua autonomia produtiva, familiar, econômica, cultural, afetiva. (Q-03, 2019).

É nessa perspectiva que compreendemos a contribuição do CEAGRO na construção do território camponês, pela união entre diferentes enfoques: gestão e cooperativismo, gênero e juventude na agroecologia; Questões latentes da realidade que leva à mudanças orgânicas nas formas de se relacionar e de produzir. É a problematização das relações historicamente instituídas no campo e busca de sua superação sem perder de vista a luta de classes, trata-se da união de diferentes questões em torno de uma questão maior, a luta por uma nova sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento deste trabalho, apresentamos a partir de clássicos do pensamento brasileiro, a formação do Brasil. Consideramos a importância de compreender as contradições existentes, de modo que contribua no entendimento dos conflitos agrários no território brasileiro. Também refletimos os processos de constituição do MST e do CEAGRO, e o quanto estas organizações populares contribuem para a formação da classe trabalhadora, principalmente os camponeses e camponesas. Enfatizamos a consolidação do CEAGRO e sua atuação comprometida com a Catuquiriguaçu. Território de conflitos de terra, permeado pelo agronegócio, porém com as ações do MST e CEAGRO são provadas tensões que contribuem no desvelamento da realidade. Assim, fazendo-se enquanto sujeitos coletivos atuantes na formação, esta elemento essencial na emancipação humana. Por fim, evidenciamos as significativas e transformadoras contribuições do CEAGRO na construção do território camponês.

No contexto agrário brasileiro de constante subordinação dos trabalhadores do campo e negação ao acesso à terra, evidencia-se o MST como contraponto ao capital no campo, pois, permite o acesso e uso da terra pelos trabalhadores. O MST, nas últimas décadas, vem construindo sua territorialidade a partir da agroecologia nas áreas de Reforma Agrária.

Assim como no cenário geral brasileiro, a Catuquiriguaçu expressa a constante exploração dos trabalhadores nas relações de trabalho através do agronegócio, porém, o MST com grande incisão nesse território a partir dos assentamentos e acampamentos vem produzindo cada vez mais resistências em torno do pacote tecnológico da revolução verde.

O CEAGRO possui papel importante, pois, se caracteriza como uma instituição que tenciona o agronegócio através da promoção de formações e espaços por meio do trabalho a partir dos eixos da agroecologia, gestão cooperada, gênero e juventude. O trabalho que o CEAGRO realiza na Cantuquiriguaçu contribui na formação da classe trabalhadora a partir da orientação a produção de alimentos saudáveis por meio de técnicas como o mutirão que permitem o trabalho solidário e cooperado entre os agricultores. Soma-se as atividades realizadas com as mulheres, que vem permitindo o acesso a espaço até então negados as mulheres, bem como a formação e inserção da juventude nas atividades produtivas, com a preocupação de encontrar um espaço para a juventude no campo com acesso à cultura e lazer.

Todos os processos desencadeados a partir do trabalho realizado na Cantuquiriguaçu contribuem para a consolidação do território camponês. O território camponês em sua compreensão ressignificada, ou seja, não estático, mas como um espaço de relações mais solidarias e humanas, com trabalho cooperado e solidário, valorização das mulheres e dos jovens no campo, estes assumindo um lugar político e estratégico nas comunidades e na família. Trata-se da construção de uma nova sociabilidade pautada sobre questões específicas, históricas de opressão na sociedade capitalistas, unidas em prol da conscientização dos trabalhadores enquanto classe que possui o potencial transformador.

Fica os desafios do CEAGRO frente à conjuntura atual na Cantuquiriguaçu de fortalecimento do território camponês. Evidencia-se que o maior desafio atual do CEAGRO é manter-se enquanto instituição que alicerça a luta pela terra e pela Reforma Agrária na Cantuquiriguaçu por meio do MST, e mais que isso, se reinventar para conseguir contribuir cada vez mais com a formação dos sujeitos do campo no enfrentamento ao capital. O desafio é de ampliar as frentes de atuação, com maior número de agentes formadores, para atingir um maior número de pessoas envolvidas, ter maior capacidade formadora e mobilizadora, uma vez que, o momento histórico vivenciado pede isso.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 5 ed. 2009.

CARVALHO, L. **Agroecologia – um território em construção**: considerações acerca das experiências agroecológicas nos assentamentos Ireno Alves dos santos e marcos freire no município de rio bonito do Iguaçu/PR.

CARTA MAIOR. **A Rede Ecovida de agroecologia**. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/A-Rede-Ecovida-de-Agroecologia/3/36143>. Acesso em 06-08-2019.

CIAVATTA, M. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 121-143.

COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da Reforma Agrária**: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. 2011. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

COSTA, F. de A.; CARVALHO, Horácio Martins. **Agricultura Camponesa**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, et. al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poderinstitucional” / Florestan Fernandes; prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, B. M; CERIOLI, P. R; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo**: texto preparatório. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do território Cantuquiriguaçu**. Curitiba: IPARDES, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, 431p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 3.ed.São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. ; ENGELS, F. ; Manifesto Comunista. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

- MENDONÇA, S. R. (2006). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**; STEDILE, J. P. (org.) – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NEVES, D. P. **Agricultura familiar**. In: CALDART, R. S. et. al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-40, 2012.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. 2015. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.
- SANTOS, M. **A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem**. Milton Santos. 1977.
- SANTOS, M. **O Conceito de Espaço na Epidemiologia das Doenças Infecciosas**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, 1997.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOUZA, R. R. de. **Relatório do inventário da realidade da Cantuquiriguaçu**. 2018. 25 p. Inventário da Realidade Especialização em Educação do Campo e realidade brasileira através de seus pensadores. Matinhos: UFPR/Setor Litoral, 2019.
- SOUZA, M.A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.